

- XXVIII -**UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE AS CONDIÇÕES
DO TRABALHO DOCENTE COM BASE EM
INDICADORES EDUCACIONAIS**

Maria de Fátima Magalhães de Lima

UFRJ – NUGEPPE/UFF

fatima_mlima@superig.com.br

INTRODUÇÃO

Pesquisas sobre as condições do trabalho docente na educação básica têm sido objeto de interesse de um número cada vez maior de investigadores no Brasil. As mudanças observadas no perfil, na carreira e nas condições de trabalho, caminharam paralelamente à consolidação da escola de massas, ao aumento de exigências legais para a formação docente e às mudanças no perfil socioeconômico e cultural do povo brasileiro. Em grande medida, a segunda onda de reformas educacionais ocorrida na América Latina intensificou este processo de mudanças através de um movimento sincrônico de reestruturação, flexibilização e precarização das condições do trabalho com repercussão sobre a perda do prestígio da profissão (OLIVEIRA, 2004; BARRETO, 2010; SOUZA, 2013).

Em que pese o reconhecimento do papel social, político e cultural dos docentes, a organização do trabalho desta categoria profissional ocorre em contextos escolares desiguais e sob condições bastante heterogêneas, afetando diversamente os processos ensino-aprendizagem.

Concordando com o pressuposto que “condições do trabalho docente” é um constructo multidimensional, intensamente mediado pelo Estado, este trabalho, de natureza exploratória e documental, se propõe a contribuir com esse campo de investigação, apresentando o primeiro movimento de uma pesquisa mais ampla, sobre condições do trabalho docente. São analisados dois indicadores educacionais, construídos a partir de variáveis do Censo Escolar, que sintetizam dimensões do constructo, cotejados ao Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei 13.005/2014 (Brasil, 2014a).

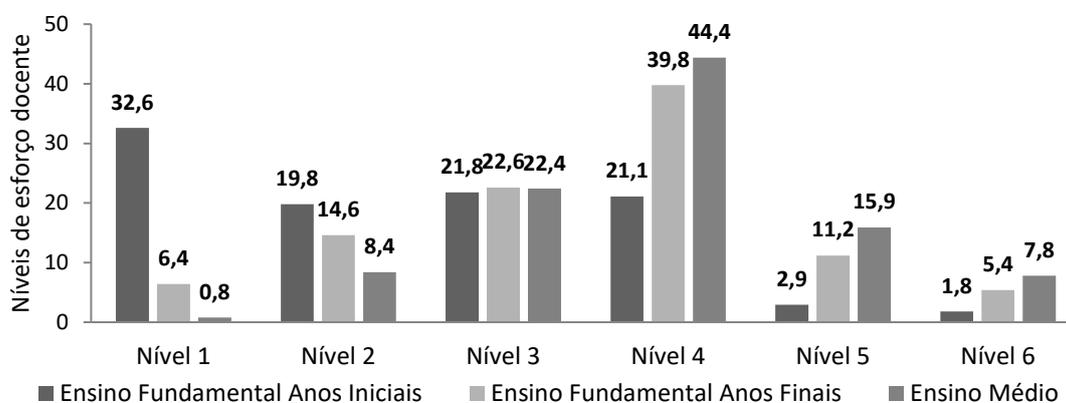
DESENVOLVIMENTO

A análise exploratória tomou como parâmetro os indicadores “Esforço Docente” e “Regularidade do Docente”, cotejados ao PNE. Tais indicadores, construídos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), têm o potencial de mensurar dimensões contextuais relacionadas às condições do trabalho docente e ao contexto em que ocorre o ensino-aprendizagem.

De acordo com o INEP (BRASIL 2014b) o Indicador “Esforço Docente” é a síntese de elementos de contexto que captam o esforço empreendido pelos professores da educação básica brasileira através da classificação deste esforço em níveis de 1 a 6¹⁵. Níveis mais elevados indicam maior sobrecarga de trabalho durante o exercício da profissão.

O Gráfico 1 apresenta os percentuais de níveis de esforço docente distribuídos entre o Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas públicas brasileiras.

GRÁFICO 1: Níveis de esforço docente - Brasil - Dependência Pública (2017)



Fonte: Indicadores Educacionais MEC/INEP – Censo Escolar-2017.

¹⁵ Nível 1: docente que, em geral, tem até 25 alunos e atua em um único turno, escola e etapa. Nível 2: docente que, em geral, tem entre 25 e 150 alunos e atua em um único turno, escola e etapa. Nível 3: docente que, em geral, tem entre 25 e 300 alunos e atua em um ou dois turnos em uma única escola e etapa. Nível 4: docente que, em geral, tem entre 50 e 400 alunos e atua em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas. Nível 5: docente que, em geral, tem mais de 300 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas. Nível 6: docente que, em geral, tem mais de 400 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.

Ao compararmos os percentuais distribuídos nas etapas de ensino da educação básica, resumidas no Gráfico 1, percebemos que os docentes do Ensino Médio empreendem maior esforço do que os docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Observamos que a escala do indicador reflete aspectos concernentes ao sistema educacional brasileiro, no qual o Ensino Médio integra, presumivelmente, professores com maior número de turmas e alunos. Contudo, chama atenção que somados os níveis 4, 5 e 6, mais de $\frac{1}{4}$ de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental (25,8%), apresentem, no conjunto, condições mais adversas de trabalho e de ensino-aprendizagem.

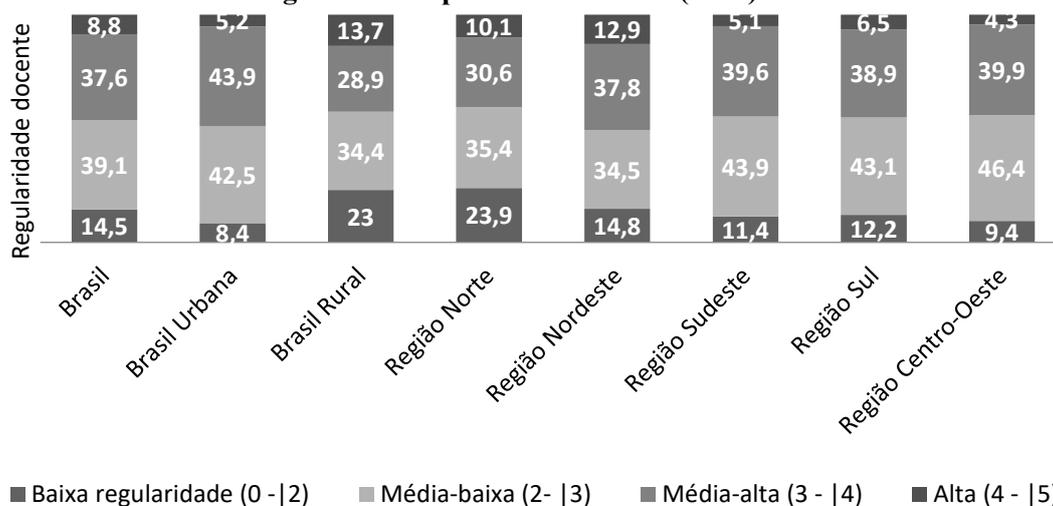
Os dados desagregados por estado e Distrito Federal deixam transparecer situações muito diferenciadas de condições de trabalho, quando observadas as somas dos níveis 4, 5 e 6 de esforço dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Grande parte dos estados apresentou, neste nível de ensino, médias percentuais acima da média nacional em 2017 (25,8%). Este é o caso de Santa Catarina (38,5%), Espírito Santo (37,1%), Piauí (36%), São Paulo (29,1%) e Rio de Janeiro (29%). Por outro lado, são observados percentuais mais baixos em Pernambuco (17,1%), Tocantins (16,4%) e Distrito Federal (2 %). Podemos considerar que, dentre outros fatores, os percentuais de esforço docente estão relacionados à ampliação heterogênea da oferta da educação em tempo integral. Assim, os dados revelam o alcance ainda pouco promissor da Meta 6 do PNE, que estabelece que, até 2024, no mínimo 50% das escolas públicas deverão oferecer educação em tempo integral. Como estratégia, o PNE fixa a ampliação da jornada dos professores numa única escola (BRASIL, 2014a).

Outro fator importante, que atua sobre as condições de trabalho docente, é o vínculo estabelecido com a escola. Este vínculo, relacionado à rotatividade dos professores, influenciado pelas naturezas de vínculos de emprego com a administração pública, mas também pelo clima escolar, tem o potencial de interferir no bem estar emocional do professor, na organização da escola e no aprendizado do aluno.

No intuito de avaliar a regularidade do corpo docente nas escolas da educação básica, o INEP construiu em 2015 o Indicador de Regularidade do Docente da Educação Básica (INEP, 2015), organizado em quatro faixas, conforme os últimos cinco anos de permanência dos professores na escola: baixa regularidade, média-baixa regularidade, média-alta e alta regularidade.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição das escolas, segundo as faixas de regularidade docente no Brasil e Regiões Geográficas.

GRÁFICO 2: Regularidade do corpo docente - Brasil e Regiões Geográficas - Dependência Pública (2017)



Fonte: Indicadores Educacionais MEC/INEP – Censo Escolar-2017.

Como pode ser observado no Gráfico 2, a Região Norte apresenta 23,9% das escolas classificadas na faixa “baixa regularidade”, apresentando quase 10 pontos percentuais a mais em relação à média nacional (14,5%). Inversamente, a Região Centro-Oeste apresenta o menor percentual (9,4%) de escolas nesta faixa.

Quando os dados são desagregados por estado e Distrito Federal, observamos que alguns estados apresentaram em 2017 percentuais de “baixa regularidade” docente acima da média nacional (14,5%). São exemplares Amazonas (32,3%), Santa Catarina (25,3%) e Espírito Santo (25%). Os percentuais elevados podem estar associados a vínculos empregatícios que contribuem para a baixa permanência de professores na escola, como os contratos temporários.

Considerações finais

Os indicadores “Esforço Docente” e “Regularidade do Docente” demonstraram ter potencial de diagnosticar e mensurar dimensões relacionadas às condições do trabalho docente, mediadas pelo Estado e profundamente desiguais no país.

Apesar da crescente implementação de políticas indutoras da oferta da educação em tempo integral, e da consequente ampliação da jornada do professor em uma única escola, estabelecidas como metas para melhoria da educação no PNE, observa-se no estudo um contingente elevado de professores trabalhando em mais de uma escola, turno e etapa de ensino. Os resultados refletem a sobrecarga de trabalho docente no exercício da profissão.

A alta rotatividade de professores observada nos dados, impulsionadas possivelmente por contratos temporários, pode afetar o estabelecimento de vínculo com a escola e alunos, a construção coletiva do projeto político pedagógico e o processo ensino-aprendizagem. Este cenário ameaça o alcance da Meta 18 do PNE, que define, dentre as estratégias para a implementação dos planos de carreira, a ampliação do número de professores efetivos nas redes públicas de ensino do país (BRASIL, 2014).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, E. S. S. Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. *Revista Brasileira de Educação*. v. 20 n. 62 jul.- set. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. Brasília: Congresso Nacional, 2014a.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Nota Técnica CGCQTI/DEED/INEP nº 11/2015. *Indicador de regularidade do docente da Educação Básica*. Brasília, DF. Jan 2015.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Nota Técnica nº 39/2014. *Indicador de esforço docente*. Brasília, DF. Janeiro de 2014b.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

SOUZA, A. R. O professor da educação básica no Brasil: identidade e trabalho. *Educ. rev.* [online]. Belo Horizonte, n.48, pp.53-74, 2013.